

OPINIÃO

## Quando o vento passa e o desastre fica: breves reflexões sobre uma catástrofe

O risco não é neutro. Certos grupos vivem mais expostos, por constrangimentos estruturais — rendimentos baixos, acesso limitado a habitação ou instalações seguras, menor proteção institucional.



Jorge Caleiras

6 de Fevereiro de 2026, 10:17



**EXCLUSIVO** Gostaria de Ouvir? [Assine já](#)

00:00

A passagem da [tempestade Kristin](#) foi descrita como um episódio meteorológico extremo. Vento intenso, precipitação persistente, infraestruturas sobrecarregadas... Sempre que se registam fenómenos deste tipo, é comum apresentar a catástrofe subsequente como inevitável, externa à própria organização social e política. A narrativa tende a centrar-se na excecionalidade do fenómeno. No entanto, para quem viveu por dentro (e continua a viver) esta catástrofe, rapidamente se torna evidente que os elevadíssimos danos provocados não podem ser explicados apenas por condições meteorológicas extremas.

Desastres como este não são meros acontecimentos naturais. São processos sociais que resultam da interseção entre um perigo físico — neste caso, uma depressão meteorológica severa — e um conjunto de vulnerabilidades socioeconómicas e políticas acumuladas. A *Kristin* não atingiu todos por igual: nem territórios, nem pessoas.

Atingiu Leiria em cheio, cidade e região, entre outros territórios. Encontrou assimetrias, decisões de planeamento discutíveis, respostas desiguais. A reação local, contudo, foi notável. Dos autarcas aos cidadãos, passando pelas instituições e empresas, evitando consequências ainda mais graves. Mas ficam também patentes limitações conhecidas: articulações insuficientes, comunicações em falência e uma abordagem predominantemente tecnocrática, focada na reparação dos danos visíveis, mas continuamente pouco atenta às causas estruturais.

Apesar dos estragos generalizados, observados desde o início por quem cá está, os maiores impactos concentraram-se em zonas específicas, em habitações tendencialmente mais precárias, em negócios com fraca capacidade para absorver prejuízos, em populações com menos recursos para reagir rapidamente. A catástrofe revelou, se tal fosse necessário, que o risco não é neutro. Certos grupos vivem mais expostos e são mais suscetíveis, não necessariamente por escolha individual, mas por constrangimentos estruturais — rendimentos baixos, acesso limitado a habitação ou instalações seguras, menor proteção institucional.

Longe de funcionar como nivelador social, a *Kristin* e os seus efeitos voltam a evidenciar, e a aprofundar, desigualdades pré-existentes. Enquanto alguns conseguem mobilizar seguros, poupanças ou redes de apoio, outros ficarão dependentes de ajudas públicas incertas e de processos burocráticos lentos. Uns e outros não são definidos apenas pela gravidade do fenómeno natural, mas também pela posição social ocupada antes da catástrofe.

Outra questão central é a da memória coletiva, ou a falta dela. Eventos climáticos extremos têm-se tornado cada vez mais frequentes. A ausência de uma memória que transforme experiências passadas em aprendizagem política e planeamento preventivo contribui para a repetição do risco. Neste caso, o desastre maior, além do momento da tempestade, foi a sensação de que pouco mudou para evitar que voltasse, e volte, a acontecer tão elevada exposição e suscetibilidade às consequências.

Viver a catástrofe por dentro é perceber que o desastre não termina quando o vento abranda. Continua na insegurança, na incerteza, na dificuldade em recuperar rendimentos e investimentos perdidos, nas sequelas deixadas, enfim, no medo de novos episódios extremos. Este desastre e as múltiplas desgraças a ele associadas, incluindo vítimas mortais, serão um processo prolongado, que começou muito antes do fenómeno natural e se estenderá muito depois dele.

### **Viver a catástrofe por dentro é perceber que o desastre não termina quando o vento abranda**

Catástrofes como esta, e outras anteriores, são reveladoras sociais poderosas. Expõem fragilidades socioeconómicas, territoriais e institucionais, (in)sensibilidades e prioridades políticas. Mas revelam também solidariedades, iniciativas espontâneas de ajuda e uma resiliência comunitária que resiste, mesmo quando outras respostas formais, de escalas diferentes da local, tardam ou falham.

Se há uma lição a retirar, ela é clara: enfrentar futuras tempestades não depende apenas de previsões meteorológicas ainda mais precisas ou de respostas de emergência ainda mais rápidas. Depende, principalmente, de políticas de prevenção capazes de reduzir vulnerabilidades sociais, de promover maior equilíbrio *intra* e interterritorial, e que valorizem o conhecimento e experiência das comunidades. Caso contrário, cada nova tempestade e a devastação gerada continuarão a ser tratadas como excepcionais — a menos que definitivamente aprendamos com elas e transformemos os sucessivos alertas em decisões políticas e ações concretas. Fica a esperança.

*O autor escreve segundo o acordo ortográfico de 1990*

PUB

PUB



Leia os artigos que quiser, até ao fim.

Com

[Saiba mais](#)

PÚBLICO tem acesso ilimitado a todos os conteúdos e cancela quando quiser.

#### TÓPICOS

Opinião

Tempestade Kristin

Desigualdades

Estado

Catástrofe

Meteorologia

[Torne-se perito](#)

[Comentar](#)

#### LER MAIS

**Leonardo:** Douro transborda no Porto e em Gaia, 250 pessoas retiradas em Santarém

**A campanha eleitoral da calamidade chega ao fim em clima de incerteza e drama**

**Quem disse que o clima saiu da agenda política?**

## EM DESTAQUE

EDIÇÃO IMPRESSA

06 de Fevereiro de 2026



[Ver mais](#)

# OPINIÃO

**P**

*Abrir portas onde se erguem muros*

## Siga-nos

Newsletters

Alertas

Facebook

X

Instagram

LinkedIn

Youtube

RSS

## Sobre

Provedor do Leitor

Ficha técnica

Autores

Contactos

Estatuto editorial

Livro de estilo

Publicidade

Ajuda

## Serviços

Aplicações

Loja

Meteorologia

Imobiliário

## Assinaturas

Edição impressa

Jogos

Newsletters exclusivas

Estante P

Opinião

Assinar

## Informação legal

Principais fluxos financeiros

Estrutura accionista

Regulamento de Comunicação de Infracções

Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

Relatório de Avaliação Anual 2025 do PPR